

RELATÓRIO

Audiência Pública Virtual “A Luta e Resistência na Educação de Jovens e Adultos pelo

Direito ao Acesso e Permanência”

Local: Plataforma Zoom

Data: 26/11/2021

Horário: 14h às 16h

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Rui Oliveira – Coordenador-geral da APLB-Sindicato/BA

Marcelo Oliveira – Secretário da Secretaria Municipal de Educação – SMED

Marlene Souza Silva – Membro da Coordenação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia – Fórum EJA -BA

Mísia Pontes de Almeida Souza – Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME

Adalvo Nunes Dourado Júnior – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia/Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação – CEDUC

Yasmin Barreto da Silva – Vice-presidente regional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas da Bahia – UBES

Arielma Galvão – Professora e Coordenadora Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos - EJA/BA

Abertura

Augusto Vasconcelos

Explicou que a audiência era fruto de uma provocação da APLB Sindicato dos Professores da Rede Pública do Estado e da Rede Municipal e de uma articulação de diversos organismos que tratam dessa temática tão pertinente. Afirmou que o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) tem previsão

constitucional na medida em que a própria Constituição Federal estabelece o direito à educação para todas as pessoas, independente da sua idade. Lembrou que nem sempre foi assim, pois em constituições pretéritas e até em leis educacionais anteriores a educação somente era prevista para uma certa idade regular que compreendia a infância, a adolescência, e uma parcela da idade adulta para o ensino superior. Explicou que com a Constituição de 88, mudou-se o paradigma, passando-se a incorporar o EJA como parte do processo educacional e, portanto, objeto de políticas públicas voltadas para esta área. Pontuou que, não à toa, nos últimos anos o Fundeb e o cálculo da merenda escolar passaram a incluir também os alunos matriculados no EJA. Ressaltou que o EJA possui especificidades, metodologia própria e a maior parte do público que é acolhido nas escolas são da classe trabalhadora, em especial pessoas mais pobres da periferia, negros e um grande contingente de mulheres. Pontuou estimativa do IBGE de que, no ano de 2020, 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram a educação básica, sendo 71,7% deles negros. Registrou que, apesar da queda do analfabetismo nos últimos anos, 11 milhões de pessoas não dominam plenamente a leitura e a escrita, o que deixa muito óbvia a importância do EJA, que vai assegurar que todas as pessoas que não tiveram direito à educação na infância e adolescência possam concluir ou dar prosseguimento aos seus estudos em qualquer fase da vida. Ressaltou que a pandemia agravou o problema da evasão, impactando na parcela de estudantes do EJA também, sobretudo porque muitas dessas famílias perderam seus empregos e a condição de sobrevivência, conseqüentemente com dificuldade até de se alimentarem. Pontuou que, com o fechamento das escolas, as aulas remotas não chegaram para todos. Por este motivo, seu mandato apresentou um projeto de lei na Câmara Municipal de Salvador com o objetivo de democratizar as aulas remotas, assegurando que as teleaulas e outros mecanismos de aulas virtuais possam ser utilizados no cotidiano das escolas, inclusive pós pandemia, não com o objetivo de substituir os professores, mas para assegurar que, em momentos extraordinários, como no contexto de uma greve de transporte público, inundação ou conflito violento em determinado bairro, situações que afastam das pessoas a possibilidade de chegar até a escola por meio físico, que elas continuem tendo acesso às aulas por meios eletrônicos. Ponderou que, para isso, é necessário o fornecimento de dados e pacotes eletrônicos, bem como a importância de assegurar o direito à desconexão dos professores, que enfrentam jornadas exaustivas. Reafirmou o objetivo da audiência em discutir o aperfeiçoamento do EJA no município e apresentar políticas efetivas para melhorar as condições de trabalho e de acesso dos estudantes a essa modalidade de ensino, registrando que é meta do Plano Nacional de Educação aumentar em até 25% o nível de escolaridade da população por meio da oferta de EJA, sendo que 25% dessas matrículas devem estar vinculadas à educação profissional. Finalizou pontuando que em 2020 esse índice foi de apenas 1,8%.

Considerações da Mesa

Marcelo Oliveira

Falou que os avanços na educação em Salvador nos últimos anos são inegáveis em termos de estrutura e, principalmente, em oferta de vagas e no avanço do desempenho do aprendiz. Comentou sobre os tropeços gerados pela pandemia, com efeitos desastrosos. Afirmou que a avaliação do programa Salvador Avalia (Prosa) apresentou resultados muito ruins e que será necessário um esforço imenso para recuperar a perda de aprendizado das crianças nos quase dois anos fora da sala de aula. Pontuou que o desempenho dos alunos do EJA é muito baixo, independente da pandemia, e que este precisa ser reformulado. Falou do projeto na área de educação que faz parte do planejamento estratégico da Prefeitura, o EJA Profissionalizante, com o propósito de tornar mais atraente e estimulante o ensino fundamental para esses jovens e adultos. Afirmou que o plano é implementar, já em 2022, o EJA profissionalizante nas escolas. Ressaltou que a meta é ultrapassar a barreira dos 30% de estudantes matriculados no EJA profissionalizante, sendo assim, são atualmente 18 mil alunos e o objetivo é profissionalizar 6,3 mil deles principalmente em áreas que demandam profissionais nas quais atualmente não há oferta, que é a área da tecnologia. Afirmou que está sendo feito um convênio com o Senai Cimatec para oferta de 10 cursos nas áreas de tecnologia, a exemplo de manutenção de celulares e computadores, automação residencial e comercial, vigilância e segurança, entre outros, com o intuito de formar jovens e adultos, num curto espaço de tempo (cursos de 12 a 18 meses), em uma profissão que possa lhe gerar renda. Considerou muito importante associar o ensino fundamental ao ensino profissionalizante, para que ao final do curso o jovem possa ter uma atividade ligada à tecnologia, que é uma área da economia que está demandando profissionais. Comentou que no Brasil há 285 mil vagas de emprego disponíveis ligadas à tecnologia desocupadas por falta de profissionais qualificados. Afirmou que atualmente são 122 escolas que oferecem o EJA, com 18 mil alunos, e que a intenção é oferecer o EJA profissionalizante, inicialmente, nas escolas maiores, com mais estrutura e alunos, para atingir maior eficácia em um primeiro momento. Afirmou que haverá uma formação específica para aprimoramento dos professores do EJA.

Marcos Barreto

Afirmou que, de acordo com o IBGE, Salvador possui 1,5 milhão de analfabetos funcionais, com 70% da população ganhando abaixo de dois salários mínimos e as taxas de desemprego próximas

dos 20%. Considerou que esses dados demonstram que o EJA precisa de muito mais do que ação pedagógico-administrativa, precisa que os alunos que demandam essa modalidade estejam amparados em uma rede de proteção social. Defendeu que não basta garantir o acesso à escola, pois há dificuldades relacionadas à mobilidade na cidade, principalmente à noite, por questões de transporte e segurança pública. Afirmou que Salvador possui cerca de 430 escolas, com aproximadamente 1/3 delas ofertando EJA. Lembrou que a oferta de turmas de EJA não pode estar vinculada ao número de alunos interessados, pois mesmo que sejam poucos, o poder público não pode negar-lhes o acesso à educação. Criticou o fato de não haver uma chamada pública consistente para que o aluno saiba que tem EJA naquela escola. Afirmou que não adianta colocar um tablet na mão do aluno se não houver formação para toda a equipe da SMED, não apenas para os professores, pois o tablet sozinho não faz o trabalho de mediação. Afirmou que a equipe pedagógica da Smed precisa se mobilizar, pesquisar, avançar e produzir encaminhamentos com conteúdos assertivos, associando a prática e recursos pedagógicos disponíveis na escola, à realidade social do aluno e do professor e à carga horária do professor. Falou do desafio de administrar o Sistema de Monitoramento de Aprendizagem (SMA), que tem demandado mais tempo do que o trabalho pedagógico com o aluno, comprometendo a interação professor-aluno. Afirmou que o programa de educação profissionalizante precisa acontecer, porém lembrou que a demanda por serviços, por exemplo, de automação residencial é muito baixa numa cidade onde 70% da população ganha menos que dois salários mínimos. Finalizou falando das últimas proposições da Lei Orçamentária Anual, questionando o volume das verbas destinadas à educação infantil e ao EJA, pontuando que não houve menção ao EJA.

Marlene Souza Silva

Explicou que o Fórum de Educação de Jovens e Adultos foi fundado em 2003 e compõe um coletivo que agrega instituições e pessoas dedicadas à defesa da dignidade e do direito humano à educação de trabalhadores, jovens, adultas e idosas. Afirmou que o Fórum atua como espaço de formação, articulação, proposição e avaliação de políticas e práticas de EJA de forma horizontal, autônoma, voltada a salvaguardar o desenvolvimento da educação popular e continuada durante toda a vida, objetivando uma sociedade justa, humana, democrática e plural. Disse que o Fórum está organizado em vários territórios baianos, atualmente com seis segmentos, e que sua grande luta é garantir a educação básica aos trabalhadores. Pontuou que, de 2012 a 2021, o Brasil passou de 11 para 9 milhões de analfabetos, uma redução mínima. Disse não acreditar em projetos e programas de alfabetização dissociados e sem política de continuidade na educação básica. Afirmou que, em

2019, 4,6 milhões de baianos com 25 anos ainda não haviam completado o ensino fundamental. Acrescentou que 60% dos baianos não concluíram o ensino médio no estado da Bahia e que 5,53 milhões de baianos não cursaram os 11 anos de estudos básicos exigidos por lei. Afirmou que, embora o Estado da Bahia ainda esteja distante de universalizar a educação básica para o público trabalhador, vem criando, junto ao município de Salvador, políticas de redução do atendimento, com o fechamento de turmas e de escolas sem diagnóstico preciso. Defendeu que a educação em si não vai responder e resolver as questões relacionadas à expulsão dos estudantes trabalhadores do sistema de ensino e que é preciso contar com os outros setores e secretarias, pois não adianta projeto profissionalizante sem uma articulação com a secretaria de trabalho, por exemplo. Afirmou que as políticas profissionalizantes estão ligadas às políticas de empregabilidade, provocando os sujeitos a se prepararem para os trabalhos, sendo que não existem os trabalhos. Apresentou as metas do Plano Municipal de Educação, homologado na Lei 9.105/2016, que será concluído em 2026: meta 8 - elevar a escolaridade média da população de 18 anos; meta 9 - erradicar o analfabetismo; e meta 10 - oferecer no mínimo 30% das matrículas para o EJA. Falou do documento elaborado pelo Fórum Estadual de Educação (FEEBA), no qual divulga-se o monitoramento do Plano de Educação do Estado da Bahia e conclui que praticamente nenhuma meta fora atingida. Comentou sobre a Resolução número 01 de 28 de maio de 2021, que institui as Diretrizes Operacionais do EJA alinhadas à Base Nacional Comum, por meio da qual se percebe grande retrocesso ao EJA. Continuou dizendo que as diretrizes trazem a precarização no atendimento, prevendo formas de oferta multi-seriadas, e que a SMED já está atuando com essa Resolução, fazendo esse tipo de oferta, trazendo o aligeiramento de ofertas de educação à distância para o EJA de forma completamente irresponsável, uma vez conhecidas as condições do uso e acesso à internet e aparelhos eletrônicos por parte dos estudantes trabalhadores. Apresentou propostas para que a EJA, em Salvador e no Estado da Bahia, possa garantir direitos aos sujeitos trabalhadores: reconhecer que o EJA é direito garantido em qualquer tempo da vida; tomar como ponto de partida o processo educativo e saberes trazidos por esses educandos, cabendo à Secretaria escutar os estudantes e professores para juntos construírem as políticas; consolidar princípios de convivência com base na ética, amorosidade, solidariedade, firmeza, combatividade, colaboração, como formas de orientar as relações entre os envolvidos na ação educativa, superando relações verticalizadas e hierarquizadas que favoreçam a exclusão social, não podendo o Fórum comungar com uma política de avaliação automática, pois se trata de uma política segregadora, que não traz benefício aos estudantes; construir currículos na perspectiva pluricultural, interdisciplinar e multirracial como forma de superar abordagens fragmentadas, descontextualizadas e racistas; reconhecer a convergência entre as mudanças do mundo do trabalho, referendando o princípio educativo ontológico e as demandas de aprendizagem, formação integral dos sujeitos, o que significa não restringir a ênfase da qualidade

para o trabalho. Afirmou que a maioria dos gestores acredita que investir na educação de jovens e adultos é gasto, não investimento. Ponderou que o grande motivo pelo qual os estudantes são expulsos da escola é o fato de a escola ser pública mas não ser popular, não possuindo um modelo de educação que se adeque às questões dos estudantes trabalhadores, uma escola pública com modelo burguês. Defendeu que o EJA não pode ser profissionalizado, pois é uma educação básica à serviço da cidadania e do trabalho e que profissionalizar o EJA é trazer de volta os princípios coloniais da escravidão. Finalizou pedindo ajuda para articular com a Secretaria de Educação e o Conselho Municipal de Educação a realização de audiência pública sobre a Conferência Municipal de Educação, com o objetivo de avaliar a educação do município e avançar nas políticas públicas nesse sentido.

Mísia Pontes de Almeida Souza

Destacou que o EJA começa no ensino fundamental, quando os professores, os alunos e a falta de políticas impactam diretamente na aprendizagem dos estudantes, levando ao abandono e à evasão escolar. Falou do novo desafio trazido pela resolução 01 de 28 de maio de 2021, emitida pelo Conselho Nacional de Educação, que desenha uma nova estrutura para a educação de jovens e adultos, corrompendo a estrutura mínima existente e minimizando a cobertura e o atendimento aos alunos. Explicou que o desafio será a elaboração de política pública de educação para educação de jovens e adultos em Salvador, repensando a estrutura da EJA, à luz dessa resolução, de modo a minimizar os impactos que ela vai causar no município. Afirmou que a resolução prevê o mínimo de 150 horas para alfabetização e 150 horas para noções básicas de matemática (primeiro segmento) e de 160 horas para educação profissional (segundo segmento), o que configura um aligeiramento da educação de jovens e adultos. Defendeu que cabe ao sistema de ensino definir qual será a carga total do primeiro segmento. Afirmou que o aluno só terá acesso a 2000 horas de aprendizagem. Questionou como pode a resolução reduzir o acesso dos alunos aos conhecimentos mínimos. Ressaltou que, além da redução do acesso às horas de aprendizagem, houve a diversificação das ofertas: combinada, direcionada, multi-etapas e vinculada. Essas ofertas flexibilizam a frequência, possibilitam o ensino remoto e a educação à distância. Afirmou que a resolução é perversa e excludente em alguns aspectos. Lembrou que toda educação profissionalizante tem que estar atrelada à vocação profissional do estado e município, que é a oferta, caso contrário não haverá um alinhamento entre a política e a demanda por atendimento profissional, impedindo que o cidadão tenha acesso ao mercado de trabalho dentro do que a sua cidade propõe e precisa. Finalizou dizendo

que a Secretaria de Educação publicou no Diário Oficial o chamamento da comissão organizadora para começar a organização da Conferência Municipal da Educação, que será virtual.

Adalvo Nunes Dourado Júnior

Pontuou o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana como base normativa para despertar o senso do dever de atuar em prol da educação. Comentou sobre os objetivos da República Federativa do Brasil, como a proposta de erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e regionais, tendo-se o senso comum de que a educação é o caminho seguro para o atingimento desses objetivos constitucionais. Tornou público que a partir do relato feito pela APLB ao Ministério Público (Ceduc), fora encaminhada notícia de fato para as promotorias de educação, para a secretaria processual das promotorias públicas de defesa da educação do Ministério Público, e que houve a distribuição para o promotor Valmiro Macedo. Afirmou ainda que o encaminhamento desta demanda produziu a necessidade da instauração de um procedimento administrativo, instrumento que dispõe o promotor de justiça para o acompanhamento de uma política pública. Finalizou dizendo que há um compromisso ministerial reafirmado de defesa da educação em consonância com a Constituição Federal.

Yasmin Barreto da Silva

Comentou sobre o retrocesso que os estudantes da rede pública vêm passando ao longo dos últimos quatro anos por falta de políticas públicas que vão de encontro com a necessidade da juventude e do povo brasileiro. Citou o último Enem, que teve a menor taxa de inscrição desde 2005, sendo considerado o Enem mais elitizado e branco da história. Afirmou que isso reflete diretamente no processo de exclusão do ensino brasileiro por falta de políticas públicas para os jovens. Afirmou que, atualmente, a maior parte dos jovens encontra-se no trabalho informal ao invés da escola. Disse que a educação está sucateada, sem a devida atenção e colocada como inimiga do povo brasileiro. Pediu respeito e valorização aos estudantes e professores. Pediu que os estudantes sejam ouvidos, e que tenham seu tempo de aprendizagem e seu espaço garantidos e respeitados, pois são direitos.

Arielma Galvão

Indagou qual será a política pública da Secretaria Municipal de Educação para a Educação de Jovens e Adultos em 2022, considerando o Plano Nacional e Municipal de Educação. Ponderou que o fato de não haver menção ao EJA no orçamento desse planejamento causa preocupação. Pontuou outra situação preocupante relacionada à aprovação automática dos estudantes, citando professores que detêm vídeos com depoimentos de alunos aprovados automaticamente em 2021. Afirmou que isso se configura em desrespeito ao tempo da modalidade EJA e em consequente forma de expulsão do estudante da escola. Pediu que o secretário realize o grande debate por ele citado com professores, gestores e alunos para discutir o EJA em 2022. Afirmou que, em pesquisa realizada, detectou que a maioria dos estudantes do EJA foi explorada no trabalho infantil, tendo que sair da escola e ocasionando a necessidade de tempo para aprender em momento posterior. Apontou que a chamada pública não aconteceu devidamente, que a campanha da matrícula não aconteceu de forma ampliada, que o prazo de matrícula foi muito curto, sem propagandas, e que as escolas fazem esforço e vaquinha para pagar o carro de som na comunidade. Lembrou que a chamada pública não é apenas passar o carro de som na comunidade, mas sim garantir a propaganda nas várias mídias, inclusive na TV, fomentar formas de, através das lideranças das comunidades, fazer a busca ativa dos alunos, porque existe a demanda. Falou sobre o recebimento informal de uma informação a respeito do fechamento de escolas e turmas de EJA em 2022, em troca da implementação dos cursos profissionalizantes e assim abandonar a essência da EJA, que é a política de alfabetização. Questionou sobre que tipo de suporte será dado às escolas que não possuem estrutura para receber os cursos profissionalizantes e qual será a política adotada para fortalecer a política de alfabetização do EJA. Fez referência à Lei 9.105/2016, referente ao Plano Municipal de Educação de Salvador, lembrando que a lei está acima da resolução anteriormente citada e que o Conselho Nacional de Educação a aprovou porque está aparelhado e “desnutrido” no atual governo, com a retirada de muitos atores do movimento social da sociedade civil organizada. Citou o Art. 4º da lei, que determina que os cursos de EJA devem ser ofertados para os anos finais do ensino fundamental, garantindo a questão da alfabetização, mas que isso precisa estar claro nas políticas. Citou a meta 9, que pretende erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, lembrando que os cursos profissionalizantes não vão atender essa meta, mas sim o fortalecimento da política de alfabetização. Citou a meta 9.3, que traz a necessidade de um diagnóstico, pedindo que este seja qualitativo. Citou a meta 9.4, a respeito da chamada pública, lembrando que esta tem que ser regular e que isso não tem sido cumprido. Citou a meta 9.5, que determina a existência de currículo próprio para o EJA. Citou a meta 9.16, que determina a promoção de ações voltadas para a redução do abandono escolar na EJA, aumentar, investir e

promover ações voltadas para a educação de jovens e adultos. Finalizou pedindo que, ao invés do fechamento de turnos e escolas, que em 2022 haja a ampliação e garantia dos direitos dos estudantes dessa modalidade de ensino.

Márcia de Medeiros

Registrou indignação, em nome de toda a categoria, pelo fato de a Comissão de Educação da Câmara Municipal de Salvador não ter ainda promovido audiências para expor os problemas que as escolas estão enfrentando. Perguntou quem é o coordenador responsável pelo EJA na Secretaria de Educação e qual a formação prevista para os profissionais da EJA no plano estratégico. Apontou que, ao se falar em esvaziamento do EJA, tem que se levar em conta os territórios ocupados pela violência e que, tanto trabalhadores quanto estudantes, estão nesse território. Relatou que estão faltando coordenadores na rede municipal de educação, por falta de concurso. Afirmou que o Secretário Municipal de Educação quer fechar as escolas para “empurrar” os professores para o turno do dia, para não contratar os concursados, fechar as turmas de EJA e entregar os estudantes com defasagem à fundação Roberto Marinho, com o objetivo de trabalhar a regularização de fluxo e colocar o máximo de pessoas “para fora”, produzindo assim o analfabetismo funcional. Afirmou que foram feitas algumas denúncias ao Ministério Público e que algumas delas foram indeferidas. Questionou para onde foram levadas as sobras das merendas das cestas básicas que foram devolvidas. Lembrou que o ensino remoto ainda está em vigor e que precisa ter cesta básica. Pediu investigação do Ministério Público a respeito do cardápio de todas as escolas da rede municipal, pois as crianças estão passando fome com a oferta de comida apenas em dois dias da semana. Afirmou que em breve será previsto o aumento para mudança de nível dos colegas na Lei Orçamentária Anual. Finalizou dizendo que está faltando livro, formação e que está ocorrendo o fechamento de turnos e escolas de EJA.

Del Machado

Afirmou que os estudantes do EJA, por força das circunstâncias, tiveram que abandonar os estudos e ficaram afastados da escola por anos, tendo agora seu direito de voltar para a escola, se alfabetizar e dar continuidade aos seus estudos negado perversamente por quem está a frente da educação no município. Citou a situação da Escola Joir Brasileiro, localizada dentro do Conjunto dos Comerciantes, que é uma das muitas unidades com EJA que já foram fechadas. Disse que a escola

está completamente degradada, já foi arrombada mais de 10 vezes por meliantes que levaram todas as janelas de alumínio da escola, o forno micro-ondas, o fogão e até o barramento de cobre de alta tensão, deixando o prédio sem eletricidade. Afirmou que as pessoas estão se alimentando por meio de um fogareiro a álcool com alto risco de incêndio. Finalizou dizendo que os professores já informaram a situação à Smed, que não tomou qualquer providência.

Denise Souza

Reafirmou a gravidade do silêncio da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Salvador a respeito do processo de denúncias que estão acontecendo na rede e que, evidentemente, o plano dos membros da referida Comissão não é proteger, se comprometer ou se preocupar com a educação da população de Salvador. Afirmou que 2020 foi um ano “jogado fora” pela Smed, pois o secretário anterior não produziu nenhuma ação institucional efetiva que pudesse ser considerada como ano letivo. Relatou que a Smed cortou os salários dos professores, a alimentação, e que, embora a categoria tenha tido ganho jurídico, a secretaria entrou com recurso. Afirmou que o secretário anunciou no diário oficial que apenas 30% dos estudantes estão estudando de forma presencial, estando o restante (70%) em ensino remoto. Questionou por que houve o corte do kit alimentação para este grupo, sem aviso prévio, para que as famílias pudessem se planejar. Finalizou perguntando para onde foi o dinheiro da alimentação escolar desse contingente imenso da rede.

Considerações finais

Augusto Vasconcelos

Enalteceu todos aqueles que lutam pela educação de qualidade, uma educação pública, inclusiva, socialmente responsável, qualificada e que pense na formação cidadã, também para o mercado de trabalho, mas sobretudo uma formação cidadã, características que inspiram a Constituição, a LDB e Paulo Freire, patrono da educação brasileira.

Encaminhamentos:

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
- Envio do relatório a todos os componentes da Mesa;
- Monitoramento, junto aos órgãos governamentais, do cumprimento das medidas citadas na audiência.

Salvador, 13 de dezembro de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065

ANEXOS

Mensagens do Facebook

- **Nara Carteador:** “Muito bem Márcia”
- **Nara Carteador:** “Esse secretario de educação ta acabando com a educação”
- **Nara Carteador:** “Correu já”
- **Cristiane Assis:** “A EJA é RESISTÊNCIA!!” **#EJApresente #PauloFreireSempre**
- **Nara Carteador:** “Conselho de merenda escolar”
- **Edineia Pereira:** “Professora Edineia Nilo Peçanha”
- **Lenialva Dias:** “Boa tarde! Coordenadora Pedagógica - EJA em Salvador”
- **Edineia Pereira:** “Professora Edineia A Eja”
- **Cristiane Ferrari** “Perfeito Marcia de Medeiros! **Parabéns** a todos que participaram desse momento tão importante para educação”
- **Cristiane Ferrari** “EJA- resistência- resistência sempre”
- **Luiza Malta** “Nilo Peçanha Bahia”